

RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “A CORRUPÇÃO COMO EMPECILHO PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E O FATOR QUE AFETA DIRETAMENTE A PROMOÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS”¹

REVIEW OF THE ARTICLE ENTITLED "CORRUPTION AS A HINDRANCE TO BRAZILIAN DEVELOPMENT AND FACTOR THAT DIRECTLY AFFECTS THE PROMOTION OF FUNDAMENTAL RIGHTS"¹

Recebido: 18/07/2022 | Aceito: 11/09/2022 | Publicado: 14/09/2022

Robson Muniz Jeronimo²

 <https://orcid.org/0000-0003-1157-9807>

 <http://lattes.cnpq.br/9541644029790648>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: robsonmunizjeronimo@gmail.com

Gabriel Loures Cavalcante³

 <https://orcid.org/0000-0001-8468-6190>

 <http://lattes.cnpq.br/8678169556611427>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: gabriel.loures00@gmail.com

Resenha

CARMO, Wanderley da Silva. A Corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais. **Revista Processus Multidisciplinar**. Ano II, Vol.2, n.4, jul.-dez., 2021.

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais”. O artigo é de autoria de: Wanderley da Silva Carmo. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus Multidisciplinar”, no Ano II, Vol.2, n.4, jul.-dez., 2021.

Palavras-chave: Corrupção. Corrupção Política. Desenvolvimento Brasileiro. Direitos Fundamentais.

Abstract

This is a review of the article entitled "Corruption as a hindrance to Brazilian development and a factor that directly affects the promotion of fundamental rights". This article is written by: Wanderley da Silva Carmo. The article reviewed here was published in the journal "Revista Processus Multidisciplinar", in Year II, Vol.II, n.4, Jul.-Dez., 2021.

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduando em Direito pela UniProcessus, DF, Brasil

³ Graduando em Direito pela UniProcessus, DF, Brasil

Keywords: *Corruption. Political Corruption. Brazilian Development. Fundamental Rights.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais”. Este artigo é de autoria de: Wanderley da Silva Carmo. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico 2021-09-23. “Revista Processus Multidisciplinar”, no Ano II, Vol.2, n.4, jul.-dez., 2021.

Muito do que compõe a constituição ou o experimento de um autor colabora para a edificação dos temas aos quais se propõe a escrever. Saibamos, um pouco mais sobre o autor. O autor do artigo é Wanderley da Silva Carmo. Graduado em Letras (língua Portuguesa) na Faculdade Fortium; Graduação em Direito (em andamento) Instituto Processus. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4052518610106681>.

A divisão do artigo foi feita com base nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Introdução, Justificativa, Metodologia, Desenvolvimento e Referências.

O propósito do artigo é compreender o quanto a corrupção impede a execução do desenvolvimento brasileiro e a melhoria processual dos direitos fundamentais. O foco principal é esclarecer o processo de corrupção, suas matrizes e a razão de ser tão adverso para o desenvolvimento do país; citar certos direitos fundamentais, e como a corrupção dificulta a vida dos cidadãos; e buscar a compreensão do que tem sido feito para extinguir a corrupção.

O tema do artigo é “a corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais”. No artigo foi abordado o seguinte tema “as consequências reais dessa prática criminosa e como ela se torna um obstáculo para o desenvolvimento brasileiro”. O artigo partiu da seguinte hipótese: direitos como a construção de uma sociedade mais justa, da redução das desigualdades, da promoção do bem-estar coletivo, garantia do desenvolvimento nacional entre outros, estão assegurados na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988). Para que esses direitos sejam de fato concretizados, e não se tornem letra morta da Constituição, é essencial combater a corrupção, a ineficiência e desigualdade gerados por ela (SILVA, 2018, p. 118-119).

O objetivo principal do artigo foi expor como são grandes os efeitos nocivos que a corrupção gera, e como afetam de modo direto o país e os direitos fundamentais. Os objetivos específicos foram: mostrar quando e como começou a corrupção no Brasil e trazer de modo concreto onde são os impactos e os danos causados por este ato.

O atual trabalho se justifica para operador do Direito pela importância em se argumentar e desenvolver a temática da corrupção, suas matrizes e o que deve ser executado para aumentar a luta contra esse ato. Os direitos fundamentais são assegurados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e é indispensável que o agente do Direito esteja pronto para resguardar os mesmos pela luta, abrangente, contra a corrupção. Para a ciência, esse trabalho aborda sua relevância, pois a corrupção é uma temática pouco abordada para o estudo entre a área das políticas e

ciências sociais. Por ser um estudo relativamente recente, com pouco mais de 70 anos, ainda requer subsídios para que suas

próximas teorias possam ser elaboradas e examinadas entre estudiosos e pensadores da área. O valor deste trabalho para a sociedade é justificado pela indispensabilidade de que ela esteja progressivamente mais por dentro do quão adversa a corrupção pode ser. Quanto mais a sociedade debater e entender a temática, possuirá plenas condições de exigir a melhoria apropriada dos seus direitos e manter-se mais afeiçoada nas lutas contra esse desdenho chamado corrupção.

A metodologia empregue para a colaboração do artigo foi devido ao presente trabalho ser fundamentado em revisões de literaturas escolhidas previamente e pesquisas bibliográficas, o próprio trata-se de uma pesquisa teórica. O tipo de consulta optado procura comparar as leituras selecionadas para responder a problemática pretendida, garantindo a hipótese abordada e alcançar os objetivos propostos. É uma pesquisa bibliográfica, conforme já referido, o trabalho utilizou como referência de pesquisa diversos trabalhos acadêmicos, decorrências de pesquisas em programas como *scielo* e google acadêmico. Durante a busca foram utilizadas palavras-chave como “corrupção”, “direitos fundamentais”, “corrupção e desenvolvimento brasileiro” e “corrupção e direitos fundamentais”. Dessas pesquisas, restaram seis artigos principais para a condução desse trabalho. A pesquisa realizada para o desenvolvimento desse trabalho é qualificada como qualitativa, justamente por ser uma pesquisa baseada na revisão de artigos. A escolha pelo trabalho em questão ocorreu por descobrir nos autores selecionados as informações fundamentais para a produção do debate, abrigando os resultados necessários e fundamentando os argumentos que respondem a essa questão.

O artigo demonstra perfeitamente que o Brasil, desde quando ainda era colônia de Portugal, tinha um histórico de exploração em que o intuito de Portugal era extrair o máximo de recursos para benefício próprio, ou seja, para a coroa Portuguesa ter lucro. Foram herdados muitos princípios e fundamentos de Portugal, como o de usar a função pública em benefício próprio para contrabandear especiarias de valor. Está enraizada em nosso país a tentativa em benefício próprio e em detrimento da coletividade.

Com práticas para tentar favorecer o individual, adquirimos uma cultura que a maioria dos brasileiros já utilizaram, que é o “jeitinho brasileiro”, que em suas premissas deixa as normas sociais e ou legais mais flexíveis, o que facilita uma modalidade corruptiva, como pagar um valor para o agente público para que ele dê prioridade em seus processos com a Administração Pública. Assim, o maior efeito para a máquina pública serão os danos negativos com a dilapidação econômica de seus cofres públicos. Esse desfalque ocasiona diversos prejuízos para o desenvolvimento, como a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, aumentando as desigualdades sociais (PAZZAGLINI FILHO, 2002, P.17).

Um grande problema causado pela corrupção é o desfavor das classes mais baixas, pois as atinge indiretamente, gerando sobrecarga. No artigo 5º da nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988), aborda os direitos fundamentais e as garantias de todo cidadão brasileiro. Demonstra que todos possuem o direito de ter educação,

saúde e condições mínimas para sobreviver. A corrupção é uma grande vilã que impede a chegada de tais recursos para a população, prejudicando a aplicação de direitos. A corrupção chegou a lugares como o Judiciário, que é o responsável pela aplicação correta das leis, mas acaba não efetuando um julgamento justo e imparcial.

O sistema de saúde foi feito para aprimorar a condição de vida dos cidadãos e solucionar problemas clínicos. Atualmente, esse sistema tem obstáculos para realizar um bom atendimento, como a aquisição de medicamentos, as ambulâncias, a contratação de médicos e funcionários da área da saúde, e a regular manutenção de leitos. Isso ocorre devido ao grande desvio de verbas para interesses particulares advindo da corrupção (FERNANDES, 2019, p.120-121).

A área da construção civil é prejudicada, pois um dos maiores problemas que a Administração Pública possui é com a construção. As licitações muitas vezes são formadas por meios fraudulentos, nos quais o processo é viciado para favorecer algumas pessoas, para que haja um superfaturamento do dinheiro público, deixando obras com problemas estruturais, inacabadas e desrespeitando normas ambientais (FERNANDES, 2019, p 122-123).

O artigo objetiva demonstrar que para eliminar a corrupção é necessário um combate mais árduo contra essa prática que prejudica o nosso país. É imprescindível adotar uma postura mais preventiva e menos punitiva para evitar que infrinjam os direitos fundamentais. Um bom método é despertar a sociedade para intimidar essas práticas e efetuar uma fiscalização mais acintosa. O que vemos bastante é que há nas instituições responsáveis pela ação repressiva e investigativa muita burocracia, falhas de competências, criminosos com técnicas mais evoluídas, e a falta de investimento nesses órgãos impede o combate de tais práticas, inviabilizando uma sentença mais responsável para tais condutas.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 12. Março. 2022.

CARMO, Wanderley da Silva. A Corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais. **Revista Processus Multidisciplinar**. Ano II, Vol.2, n.4,jul.-dez., 2021. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/364>>. Acesso em: 12. Março. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

FERNANDES, João Marcelo Negreiros. Corrupção e violação a direitos humanos: obstáculos ao desenvolvimento brasileiro no século XXI. **Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará**. v. 8, n. 2, 2020.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de improbidade administrativa comentada: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal: legislação e jurisprudência atualizadas**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Fernando Pereira da. Ineficiência, corrupção e desigualdade: três males a serem superados no caminho do desenvolvimento do Brasil. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**. Vol. 4